



Ata da 17ª reunião ordinária
Gestão Biênio 2022-2024 do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT

Ao décimo nono dia de janeiro de dois mil e vinte e quatro, às 10h15, no auditório Franco Montoro, da Secretaria de Justiça e Cidadania, sito ao Pateo do Colégio nº 184, Sé - São Paulo/SP, ocorreu a 17ª reunião ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT, presidida por Alessandra Acedo e secretariada por Rafael Calumby Rodrigues. Pauta da reunião ordinária: 1. Informes, 2. Aprovação da 16ª reunião ordinária do conselho, 3. Atividade em alusão ao Dia da Visibilidade Trans; 4. Conferências Municipais; 5. Conferência Estadual e criação da Comissão Organizadora da Conferência Estadual; e 6. Criação da Comissão Eleitoral do próximo biênio do Conselho.

Estava presente o servidor da Secretaria de Justiça e Cidadania: Marcelo Quilez.

Estavam presentes Conselheiros Representantes da Sociedade Civil: pelo segmento de lésbicas: Alessandra Acedo (titular), pelo segmento de lésbicas: Mônica Araújo (titular), pelo segmento de bissexuais: Anderson da Cunha Pirota (titular), pelo segmento de homens trans: Luiz Fernando Prado Uchôa (titular), pelo segmento de travestis e mulheres transexuais: Alessandra Dumdum (titular).

Estavam presentes Conselheiros Representando o Poder Público: pela Secretaria da Justiça e Cidadania: Rafael Calumby (titular), pela Casa Civil: Maria Aparecida de Souza (titular), pela Secretaria de Administração Penitenciária: Ricardo Vieira de Oliveira Santos (Suplente), pela Secretaria de Educação: Adriano Rodrigues Biajone (titular), pela Secretaria de Saúde: Fabíola Santos Lopes (titular), pela Secretaria de Cultura, Economia e Indústria Criativa: Franco Reinaldo (titular), pela Secretaria de Esportes: Timóteo Leandro de Araújo (suplente), Secretaria de Segurança Pública: Néelson César Rosa Vieira (suplente), pela Secretaria de Turismo e Viagem: Shirley Caroline Duarte (titular), pela Secretaria do Desenvolvimento Social: Ruth Alves de Souza (Suplente).

Estavam presentes os seguintes observadores: Raquel de Paiva (Suplente), André Luzzi Campos, da Secretaria da Justiça e Cidadania; Maisa C.F.Costa Coordenadora Geral dos Direitos humanos, Vera Lúcia Bagnolesi, Assessora da Coordenação Geral dos Direitos humanos; Tatiane Ramos de Lira, Paulo Sérgio Merino, Viviane Araújo Tenório, Jodelle Bruno de Andrade.

Ausências justificadas: Renan Lira da Silva (segmento gays).

A presidente Alessandra Acedo informa que Gustavo Don do segmento gays representando a sociedade civil enviou e-mail se desligando do Conselho estadual LGBT. Em seguida deu início á pauta com a leitura da Ata para ajustes e aprovação. Foi solicitada correção para fazer constar que a ausência do Conselho Estadual de São Paulo no Conselho Nacional em Brasília foi justificada pela Administração devido à falta de plano de trabalho. E que o mesmo não foi aprovado pelo pleno em razão da falta de quórum. Em outro trecho é solicitado fazer constar que um conselheiro destituído por falta não pode concorrer para próxima gestão. Sobre o processo de votação da Secretaria Executiva, foi pedida a inclusão de elementos que justificaram a decisão do pleno a saber: o regimento prevê que o Secretário Geral assumirá automaticamente a Presidência quando faltarem 06 meses para o fim do mandato do pleno, o que criou um problema regimental devido à data da próxima eleição de novos conselheiros. E que foi constatada na ocasião a renúncia do Presidente e do Secretário Geral. Foi mencionado, ainda, que o colegiado tentou reunir-se por 05 ocasiões, não atingindo a quantidade necessária de 2/3.

Assim, a plenária invocou o artigo 34 do regimento interno devido aos novos fatos e aos princípios da administração pública de que os agentes públicos, mesmo sendo Conselheiros da Sociedade Civil designados para tão função, devem tomar todas as medidas ao seu alcance para correção de situação irregular.

Anderson Cunha Pirota inicia a sessão de informes relatando participação em evento sobre políticas públicas para LGBT que contou com a presença do embaixador da França, Jean-Marc Berthon, e discutiu o alarmante índice de assassinatos de transexuais no Brasil. Também foi mencionada a preocupação da autoridade internacional sobre a situação dos LGBTQIA+ na África Central e Subsaariana, e o papel que Brasil e França têm para proteger essa população devido aos seus valores democráticos, laicos e de respeito à vida. Luiz Fernando Prado Uchoa informa sobre o Dia da Visibilidade Trans, marcado para 28 de janeiro, com concentração na Avenida Paulista, nº 1578, às 12h. Destaca, também, que ocorrerá a Marsha Trans Nacional em Brasília. Foi anunciada a realização da 12ª edição da Semana da Visibilidade de Travestis, Mulheres Transexuais e Homens Trans - TransVisão. O tema deste ano é "Transcender em Barreiras Políticas e Direitos para uma Vida Plena". O evento ocorrerá de 30/01 a 02/02, com mesas redondas presenciais na SP Escola de Teatro, Praça Roosevelt, às 19h (com transmissão online). No dia 02/02/2024, haverá apresentações de pessoas trans, incluindo homens trans e mulheres transexuais. O evento conta com o apoio do Governo do Estado, Municípios e de diversas instituições parceiras. Mônica Araújo informa que acompanho o caso de Sofia (sobrenome), uma mulher trans em liberdade privada na Penitenciária de Andradina, em conjunto com a Comissão da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB Osasco, que conseguiu uma advogada pró-bono. Relata a falta de respeito ao nome social e ao gênero por parte dos agentes penitenciários. Além disso, comunica sobre a 4ª LGBT vôlei de Osasco e questiona o andamento das investigações sobre a transfobia sofrida pela jogadora Tiffany Pererira de Abreu. Em seguida, Dum dum faz uso da palavra e cobra informações sobre a Lei Estadual nº 10.948/01, que completa 20 anos, questionando quantos processos foram instaurados, quantas condenações foram realizadas e quanto o Estado foi ressarcido. Ele também menciona uma denúncia feita há dois anos e destaca a dificuldade em notificar as partes envolvidas, sugerindo que a entrega de intimações deve ocorrer também no horário noturno. A conselheira menciona, ainda, levantamento feito pela CPDS para identificar políticas LGBT+ nos municípios do Estado de São Paulo e pergunta quais cidades responderam ao questionário enviado pela Coordenadoria Estadual. É feito o registro pelo servidor André Luzzi Campos quanto às denúncias relacionadas à Lei nº 10.948/01 entre 2019 e 2023. Foram recebidas 1151 denúncias, das quais 156 resultaram em processos administrativos instaurados, com 89 encerrados. Foram aplicadas 27 advertências, 19 multas de 1000 UFESP e 1 multa de 5000 UFESP, além de 30 absolvições e 4 extinções do processo administrativo, restando 92 processos em andamento. As denúncias relacionadas à orientação sexual e/ou identidade de gênero aumentaram ao longo dos anos, com 100 denúncias em 2019, 94 em 2020, 218 em 2021, 247 em 2022 e 442 em 2023. Foi esclarecido que as denúncias podem ser feitas por meio de formulário eletrônico online, pela Defensoria Pública ou Ministério Público, ou por solicitação direta das autoridades, como o Secretário de Justiça e Cidadania. É enfatizada a importância de evidências sólidas, como registros documentais, testemunhas, vídeos, fotos e áudios, para embasar os processos administrativos. Luiz Fernando Uchoa expressa sua surpresa com os números apresentados, destacando que apesar do material disponível, o mesmo não atende completamente à população. Ele ressalta a ausência de divulgação da lei nos sistemas de transporte público como trens, metrô e ônibus. Mônica Araújo enfatiza a importância tanto da Lei 10948/01 quanto das denúncias feitas diretamente à polícia. Ela destaca a falta de solução no caso de Tiffany e a ausência de retorno e informações sobre dados criminais e resoluções em andamento no DECRADI e em outras delegacias. Alessandra Acedo relata o caso de Ana Caroline, lésbica

desfeminizada, brutalmente assassinada no sertão do Maranhão. Destaca a crueldade do crime e o levante nacional que está mobilizando o Movimento Lésbico do Brasil para pressionar por Justiça e fazer incidência junto ao governo em Brasília. Menciona outros casos recentes de lésbicas desaparecidas e assassinadas, evidenciando a urgência de ações concretas como a aprovação da Lei Luana Barbosa para reconhecer a lesbofobia como crime específico, diferenciando-o do feminicídio para combater a impunidade diante de crimes motivados por ódio e preconceito. Tatiane Ramos de Lira, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico, relata que, a partir de 12 de julho de 2023, começou a articular na Pasta implementação do Sistema Nacional de Emprego (SINE) para aumentar a empregabilidade de LGBT. Destaca que o Desenvolvimento Econômico é responsável pela gestão estadual, e menciona que as cartas de encaminhamento para as empresas agora incluem o nome social. Alessandra Acedo lembra que as datas das reuniões do Conselho são fixas, ocorrendo sempre na última sexta-feira do mês, das 10h às 17h. A exceção ocorre apenas em casos específicos como feriados ou pontos facultativos, já que os órgãos governamentais não operam nesses dias. Rafael Calumby Rodrigues registra a importância da publicação deste calendário em Diário Oficial. O Conselheiro Ricardo Vieira de Oliveira Santos, da Secretaria da Administração Penitenciária, anuncia sua saída do Centro de Políticas Específicas, da Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, e informa que as servidoras Maria Aparecida Gobato e Cláudia Raulino darão continuidade à representação da Pasta no Conselho. Ressalta o empenho da equipe técnica que representa na temática e agradece o apoio da OAB ao processo.

Quanto aos pontos de pauta, o servidor André Luzzi Campos fez apresentação sobre a 4ª Conferência Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travesti, Transexuais, Queers, Intersexos, Assexuais, conforme o Decreto nº 11.848, de 26 de Dezembro de 2023, que convocou o processo conferencial com o tema "Construindo a Política Nacional dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+". O evento nacional ocorrerá de 14 a 18 de maio de 2025, em Brasília, DF. Menciona os objetivos da conferência e os prazos das etapas preparatórias: conferências locais de 02 de janeiro a 30 de junho; conferências estaduais de 01 de julho a 28 de fevereiro de 2025; e conferências livres nacionais de 01 de novembro de 2024 a 28 de fevereiro de 2025. Foram estabelecidos os nomes para a Comissão Organizadora composta por 10 (dez) conselheiros, sendo 05 (cinco) da sociedade civil e 05 (cinco) do poder público: Luiz Fernando Prado Uchoa, RG 42.258.745-X; Alessandra Acedo, RG:23827961-3; Raquel de Paiva- RG 21.178147-2; Adriano Rodrigues Biajone. RG 42.189.686-3; Fabíola Santos Lopes, RG18.008.496-3; Alessandra de Sousa, RG.28445414-X; Anderson da Cunha Pirola, RG:21.792.433-5, Mônica Araújo, RG.14594594-7 e André Luzzi de Campos, RG.30.049.896-2, e 05 vagas a serem convidados pela CPDS para compor a referida comissão.

Em continuidade à pauta, foi proposto a realização do II Seminário "Corpos Trans na Democracia" em homenagem ao Dia da Visibilidade Trans em 07 de fevereiro de 2024. Luiz Fernando Uchoa, Alessandra Dumdum e André Luzzi de Campos foram designados para focalizar essa iniciativa. O evento será das 13h30 às 17h30, sendo que Luiz Fernando Uchoa e Alessandra Dumdum farão sugestões de convidadas para compor a programação. Posteriormente, será elaborada a ementa do evento, um link para inscrições e a arte do evento.

André Luzzi Campos apresenta propostas de artes para o cartaz e folder do Conselho. As pessoas presentes ofereceram sugestões de modificações e ajustes, e aprovam as artes revisadas. Passou-se, em seguida, a palavra para o conselheiro Adriano Rodrigues Biajone que apresentou as políticas, programas e serviços da Secretaria da Educação sobre diversidade sexual e de gênero. Foi acordado que a composição da comissão eleitoral será ponto de pauta da próxima plenária, sendo orientado que as pessoas que desejarem concorrer às vagas de candidatos para o próximo biênio não podem participar da referida comissão.



Nada mais havendo a tratar, às dezessete horas a Presidente Alessandra encerrou a sessão e, para constar, lavrou-se a presente ata elaborada por **Raquel de Paiva**, suplente do Poder Público no Conselho.